

Aqui há futuro!

INSPIRA A MUDANÇA

entrevista

**Pedro Marques
Lopes**

Estamos perante uma crise sem precedentes no que diz respeito à atração de pessoas para a política e para o serviço público que lhe subjaz.

índice

4. TUTTI-FRUTTI E O DIA MUNDIAL DA CRIANÇA

FERNANDO SANTOS

6. UMA NOVA ESPERANÇA

RICARDO LINO RODRIGUES

8. ENTREVISTA

PEDRO MARQUES LOPES

13. OS DESAFIOS DAS EMPRESAS EM PORTUGAL

LEANDRO GRAÇA SILVA

16. O HOMEM A QUEM NENHUM SONHO É NEGADO

VITOR VASQUES

18. LIVROS

O TRIUNFO DOS PORCOS

19. PELOS CAMINHOS DE...

QUINTA DA MARUJA, LINDA-A-VELHA

19. CARTOON - O CONDE E O MARQUÊS

SENHOR PATINHOS

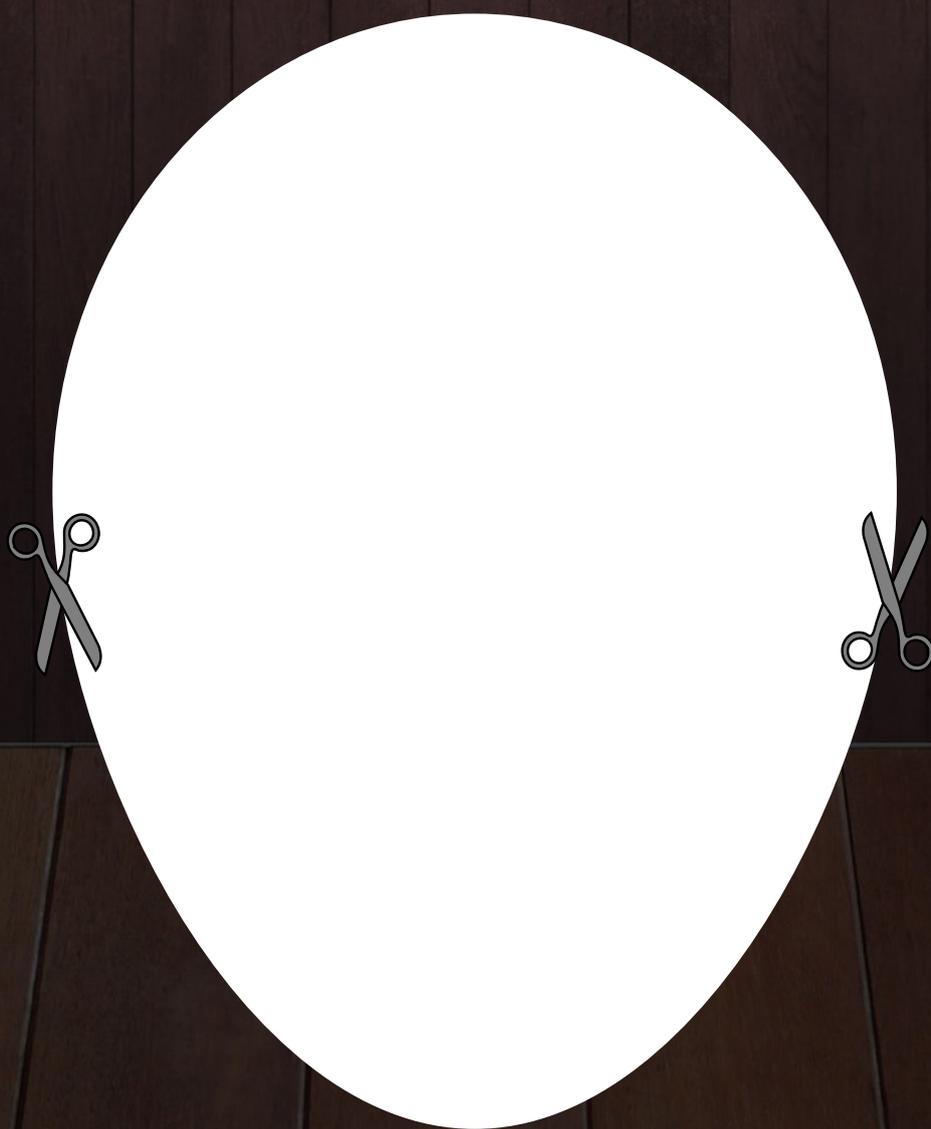
20. O PODER LOCAL E A CIDADANIA PARTICIPATIVA

PEDRO FONSECA

*"Não encaro a política como uma carreira,
nem sequer como uma profissão, encaro-a
efetivamente como correspondência a um
dever de cidadania."*

Francisco Sá Carneiro

NOVOS POLÍTICOS



PRECISAM-SE

editorial

Tutti-frutti e o dia mundial da criança



FERNANDO SANTOS
POLITÓLOGO

Na semana passada o país foi abalado pela reportagem da TVI sobre o caso Tutti-frutti, e pelas alegadas trocas de favores, contratações fraudulentas e conluio na escolha de candidatos nas eleições autárquicas de Lisboa em 2017.

Não obstante a presunção da inocência a que todos os visados têm direito, a verdade é que a notícia lançou ondas de choque que abalaram de forma ainda inquantificável a confiança da população nos partidos políticos e no funcionamento das instituições. Mais grave ainda, corremos o risco de se ter criado um anátema sem precedentes sobre os dois

partidos que servem de pilar para o regime democrático em Portugal, principalmente depois de, do lado do Partido Socialista, a resposta ter sido um confrangedor e ensurdecedor silêncio.

Felizmente, o presidente do PSD, Luís Montenegro, veio imediatamente a terreiro afirmar que “é impossível pactuar com a corrupção da democracia” e que este é um caso em que se exige saber toda a verdade e daí tirar as necessárias consequências.

E de facto este é um caso que, pelos seus contornos, e pelos impactos que produz, quer na vida das pessoas envolvidas, quer do ponto de vista sistémico na nossa própria democracia, que tem que ser esclarecido até ao mais ínfimo detalhe. Por força da sua importância para a opinião pública e da sua perceção em relação ao funcionamento dos partidos do arco central da governação, no final de contas não pode restar dúvida alguma sobre a atuação de todos os agentes políticos que viram o seu nome, honra e reputação serem julgados na praça pública.

Porque, como afirmou Hugo Soares, secretário-geral do PSD, este é um caso que “mina os princípios básicos da democracia (e) ter a perceção

de que há uma fraude democrática na combinação de resultados ou de candidatos, é algo que creio do mais pernicioso e trágico que pode acontecer aos partidos”.

Este é um tema que simplesmente não podemos ignorar, e por isso é de saudar algumas medidas já enunciadas pelo Presidente do PSD, no sentido de levar a cabo uma sindicância interna e de promover a elaboração de um código de ética de aplicação obrigatória a todos os militantes.

Destas primeiras medidas espera-se que a primeira seja absolutamente rigorosa e implacável com todos os indícios de “fraude democrática” e, já agora, que se estenda a outros municípios do país, com Oeiras à cabeça, onde TODOS têm conhecimento da promiscuidade existente entre o PSD e um certo movimento (dito) independente desde 2005... e a segunda que seja apenas o prólogo de uma reforma estrutural que permita ao PSD, de uma vez por todas, abrir-se à sociedade civil e renovar os seus quadros.

Renovação é a chave para o futuro do Partido Social Democrata!

Caso contrário estará cada vez mais submetido à Lei de Ferro da Oligarquia, teoria formulada em 1911 por Robert Michels mas que, como podemos constatar, ainda se mantém muito atual e oportuna.

É portanto uma questão de dever nacional que na revisão estatutária que se avizinha, o PSD incorpore nos seus processos de participação, eleição e recrutamento de candidatos as tendências democráticas, igualitárias e centrífugas que um pouco por todo o mundo se vão fazendo sentir e que os cidadãos exigem.

Os partidos políticos têm que se abrir à sociedade e sobre si próprios, e têm que adotar mecanismos de seleção abertos, transparentes e democráticos, onde as qualidades humanas, académicas, profissionais e políticas dos seus militantes sejam o principal critério de escolha para quaisquer cargos eletivos ou de nomeação.

Mas é preciso ir mais longe.

Nesta revisão estatutária, o PSD deve também dar o exemplo ao país e às restantes forças políticas, e ser claro em relação à possibilidade de cidadãos condenados ou acusados (com fortes indícios) de crimes praticados no decorrer do exercício de cargos públicos poderem vir a ser candidatos pelo PSD, quer à Assembleia da República quer às autárquicas locais.

O dia Mundial da Criança, celebrado em Portugal a 1 de Junho, simboliza o dia em que os Estados-membros da ONU "reconheceram que todas as crianças, independentemente da raça, cor, religião, origem social, país de origem, têm direito a afeto, amor e compreensão, alimentação

adequada, cuidados médicos, educação gratuita, proteção contra todas as formas de exploração e a crescer num clima de paz e fraternidade."

Mas apesar de termos muitos e bons motivos para celebrar este dia, importa lembrar os seguintes factos:

- Em Portugal cerca de 23% das crianças continuam a viver em situação de pobreza.
- Estima-se que são necessárias cinco gerações para que os descendentes de uma família de baixos rendimentos alcancem o nível de rendimento médio.
- Portugal é o segundo país da Europa com maior percentagem de crianças com necessidades de cuidados médico-dentários.
- O número de jovens com o ensino superior completo (37%) continua muito aquém dos melhores exemplos a nível europeu (50%).

Como tal, seria um acontecimento histórico se neste dia 1 de Junho de 2023 António Costa apresentasse ao um plano nacional de combate às desigualdades, à pobreza e à exclusão social, alicerçado em políticas integradas de proteção e investimento social, com vista a:

Aumentar de forma sustentável e permanente o rendimento das famílias numerosas e/ou desfavorecidas.

Aumentar substancialmente o valor e a abrangência do abono de família.

Aumentar o acesso a serviços sociais de qualidade.

Dotar as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens dos meios financeiros e humanos absolutamente vitais para a sua atividade.

Garantir o acesso universal à saúde em todas as suas valências.

Colocar em marcha um programa ambicioso de modernização das escolas, e de valorização da carreira docente.

Um compromisso desta natureza não é apenas um imperativo de natureza moral, é também a única forma de quebramos o ciclo intergeracional de pobreza. É um compromisso em políticas familiares inclusivas, de longo prazo, voltadas para o desenvolvimento do capital humano do país, do seu futuro, e na melhoria da qualidade de vida seus habitantes, em particular das crianças.

Um compromisso desta natureza seria profundamente humanista, personalista e reformista. Seria verdadeiramente social-democrata. 

política

Uma nova esperança



**RICARDO LINO
RODRIGUES**
EX. VEREADOR DA
CÂMARA MUNICIPAL DE
OEIRAS

Tal como disse o Professor Dr. Cavaco Silva no terceiro Encontro Nacional dos Autarcas Social-Democratas que se realizou no dia 20 de Maio: o país precisa de uma nova esperança; os portugueses precisam de um governo que nos governe; e Portugal precisa de um governo que resolva os problemas da saúde, educação, justiça e habitação com que todos os dias somos confrontados.

Precisamos de governantes que tenham sentido de estado, dignidade e competência.



FACHADA DO PALÁCIO DE SÃO BENTO - CRÉDITOS: RUI MORAIS DE SOUSA, 2008
WWW.PARLAMENTO.PT

O atual governo foi eleito com maioria absoluta há pouco mais de um ano, e neste curto espaço de tempo conseguiu desbaratar o capital político que lhe havia sido confiado pelos cidadãos, que decidiram votar no Partido Socialista com o propósito claro de eleger uma maioria parlamentar estável e com condições de inabalável governabilidade.

Infelizmente, ao longo destes meses o PS tem mostrado não estar à altura do desafio, constituindo-se como o principal promotor de instabilidade política a nível nacional. Em bom rigor, com o PS a controlar o aparelho do Estado, o governo da república tornou-se um verdadeiro carrossel de entrada e saída de ministros e secretários de estado, sempre pelas piores razões.

Entretanto, e para além dos casos e casinhos, ou das “horas

e horinhas” que apenas servem para distrair a opinião pública, temos um SNS totalmente desgovernado, a justiça totalmente desacreditada, a escola pública cada vez menos prestigiada, e a carreira docente cada vez menos atrativa. Temos as PME, que são o principal motor da nossa economia, com cada vez com mais dificuldades na gestão de tesouraria e sem capacidade de investimento produtivo, os municípios com grandes dificuldades pois tentam responder onde o estado central deveria responder, e não responde, e as IPSS estranguladas pelo atrasos sucessivos do estado no cumprimento dos protocolos assinados...

Para governar é preciso duas coisas: gostar de pessoas e ter bom senso, coisas que este governo parece não ter.



SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA - CRÉDITOS: EDUARDO GAGEIRO, 1999
WWW.PARLAMENTO.PT

É tempo de cerrar fileiras no PSD e federar o espaço político que lhe é tradicional: do centro esquerda à direita democrática.

Temos de salvar o país da inércia e da trapalhada onde estamos novamente mergulhados. Como social-democratas não podemos aceitar os lucros brutais que os bancos estão a ter neste tempo de crise, sem das devidas contrapartidas para a sociedade. Não podemos aceitar que ao mesmo tempo que os bancos estão encher os cofres e a dar retorno aos acionistas, tenhamos a população de bolsos cada vez mais vazios, infligida com uma inflação com números que há muito não se viam.

Não podemos esquecer que a maioria destes bancos tiveram injeções de capital muito

elevadas por parte do Estado, ou seja, de todos nós, e que quando o sistema financeiro mais precisou, os portugueses responderam!

O PPD/PSD que comemorou há poucos dias o seu 49º aniversário, tem que voltar a ser o Partido da Paz, do Pão do Povo e da Liberdade. Tem de levar de novo os portugueses a acreditar na nobreza da política. E tem a responsabilidade de aproximar os eleitos dos eleitores, através de uma mudança no sistema eleitoral que promova a eleição dos “homens bons da terra”. Um sistema eleitoral em que cada um se sinta representado, que saiba quem o representa, e que quem é eleito responda perante os seus eleitores, com sentido de missão ao serviço de Portugal e dos portugueses e não dos seu próprios interesses. E que esse eleito tenha respeito e dignidade

pelo cargo que ocupa e que emana do povo, para o povo e pelo povo.

A política não é nem deve ser uma carreira, deve ser uma missão.

As pessoas estão fartas da demagogia, da mentira e da falta de memória. Por isso é tempo de uma nova esperança.

O atual estado de decadência das instituições democráticas e falta de valores e ética na política, levam-nos para caminhos já vividos na Europa e mundo. Por isso é tempo de uma nova esperança.

A escuridão alastra por todo o mundo e leva as populações a abraçar de novo ventos de extremismo. E se os partidos democráticos e moderados não arriarem caminho, de novo surgirão por todo o lado figuras de homens providenciais, que sabemos bem onde nos levam.

Precisamos de mulheres e homens livres para livrar o nosso país de cair de novo nestas tentações. Portugal e os portugueses precisam de um PSD vivo e dinâmico em todas as cidades, vilas e aldeias; que reconheça que os nossos autarcas sempre foram a força motriz do nosso partido, e uma alavanca para o desenvolvimento do nosso país.

Uma força que temos que recuperar porque, se assim for, hoje somos muitos, mas amanhã seremos milhões.

É preciso acreditar. 

AQUI HÁ FUTURO!

entrevista

**Pedro Marques
Lopes**

"As nossas qualificações ainda não estão ao nível dos países com que competimos diretamente e com que gostamos de nos comparar, somos pouco produtivos, há pouco capital disponível."

CRÉDITOS: FOTOGRAFIA HUGO AMARAL

PEDRO MARQUES LOPES É LICENCIADO EM DIREITO, COMENTADOR EM VÁRIOS ÓRGÃOS DA COMUNICAÇÃO SOCIAL HÁ MAIS DE 15 ANOS, COMO NA SIC NOTÍCIAS, TSF E COLUNISTA DA REVISTA VISÃO.

INSPIRA A MUDANÇA

Foi gasoleiro, merceeiro, bancário, vendedor de linhas telefónicas, cauteleiro e por fim advogado. Como é que acabou a tirar a licenciatura em advocacia?

Nunca fui advogado. Licenciiei-me em Direito e apesar de ter gostado do curso e me ter ajudado nas minhas várias atividades, fui para lá por mero acaso.

Habitúamo-nos a ver o Pedro Marques Lopes no Eixo do Mal da SIC Notícias e a ouvir no Bloco Central da TSF. Como é que descobriu a sua vocação como comentador político?

Sempre gostei e me interessei por política, nas suas várias dimensões. Mas, mais do que isso, gosto muito de tudo o que envolve comunicação social.

A dada altura da minha vida, depois de ter feito muitas outras coisas, decidi que queria ter intervenção política na forma de comentário. Não era óbvio que o conseguisse já que vinha de um meio completamente diferente, não conhecia rigorosamente ninguém no meio e não pertencia de todo à chamada bolha mediática. Seja como for, e passe a imodéstia, acho que correu bem e foram-me dados

espaços nos jornais, na rádio e na TV.

Apelando a essa veia, que retrato faz do país político à data de hoje? Com tantos casos a envolver membros do governo, considera que há o risco de estarmos perante uma crise sem precedentes no que diz respeito ao normal funcionamento das instituições?

Estamos perante uma crise sem precedentes no que diz respeito à atração de pessoas para a política e para o serviço público que lhe subjaz. De igual modo, também vivemos uma profunda crise de mediação. A segunda ajuda muito a primeira.

A esmagadora maioria dos casos são consequência da fragilidade no funcionamento das instituições, da arrogância e da informalidade na forma de atuar - que infelizmente as maiorias absolutas provocam - mas pouco importantes.

Tornam-se significativos e parecem enormes escândalos fruto não só de um ambiente mediático tóxico que procura o escândalo por falta de vontade e dinheiro para fazer jornalismo, e da troca por parte dos políticos da verdadeira política pela intriga politiqureira. Estes são, neste momento, os problemas centrais e têm, claro está, a capacidade de gerar entropias que podem afetar o tal regular funcionamento das instituições. No entanto, estas continuam a funcionar sem problemas de maior.

Qual é a sua opinião sobre a governação do Partido Socialista ao longo dos últimos 7 anos?

O governo da geringonça foi, contra as minhas previsões, bastante razoável, com evidentes limitações na implementação de algumas mudanças necessárias (detesto o termo reformas estruturais) devido aos acordos com o BE e PCP. O governo depois da conquista da maioria merece uma nota negativa.

Que consequências é que o atual panorama político nacional (e internacional) poderá ter na qualidade do nosso regime? Poderá a própria

AQUI HÁ FUTURO!

democracia vir a estar em causa, à semelhança do que aconteceu na segunda década do século passado?

A democracia é um sistema muito frágil. Entre outras razões porque na sua essência está o respeito por forças que o querem destruir. É uma espécie de luta em que os democratas entram sempre em desvantagem.

O crescimento de forças antidemocráticas é um dado inegável. O desencanto dos pais face à perspectiva de os seus filhos irem viver pior que eles, a presença no espaço público de vozes muito presentes que garantem que vivemos num mar de corrupção, a incapacidade do Estado parar o decréscimo de qualidade dos serviços públicos sem que sacrifique ainda mais as populações, entre outros dados, contribuem para que as pessoas se estejam a desencantar com a democracia.

Importa perceber que as pessoas associam democracia a bem-estar – foi necessário, aliás, o plano Marshall para que a democracia tivesse futuro no pós-guerra – e os direitos humanos e políticos que ela assegura tornam-se secundários quando há uma diminuição da qualidade de vida.

No entanto, não só as instituições democráticas estão



EIXO DO MAL, PROGRAMA DE TELEVISÃO DE OPINIÃO POLÍTICA COM PEDRO MARQUES LOPES, CLARA FERREIRA ALVES, DANIEL OLIVEIRA, LUÍS PEDRO NUNES E MODERAÇÃO DE AURÉLIO, GOMES. QUINTA-FEIRA, ÀS 23H00, NA SICNOTÍCIAS E EM PODCAST.

mais consolidadas do que na década de 20, como a capacidade dos Estados de responder a crises financeiras é muito maior – vide crise de 2007 e da pandemia.

O meu maior receio é o que poderá vir dos Estados Unidos num futuro próximo. Um novo mandato de Trump teria consequências catastróficas para o equilíbrio mundial e para a saúde das democracias ocidentais. Seria infinitamente pior do que o anterior mandato. Aliás, não há maior risco para as democracias do que a situação política e social nos EUA.

É público que é social-democrata. Revê-se na social-democracia defendida pelo PSD?

O PSD só no seu início e depois esporadicamente foi social-democrata. Tem muitos social-democratas e tem defendido políticas social-democratas, mas a sua práxis não é de um partido essencialmente social-democrata. Não me lembro de alguma vez me ter assumido como social-democrata publicamente. Mas isso pouco importa!

Acerca do PSD, fala-se muito do seu posicionamento ideológico. Para o Pedro Marques Lopes, o PSD é um partido do centro, centro-direita ou centro-esquerda? Ou isto é uma questão que, para si, nem sequer faz sentido?

O PSD tem sido, sobretudo, um partido muito plástico, com uma ideologia que vai variando a reboque do líder. Tão plástico

que um dos recentes líderes se confessava de centro-esquerda e abriu a porta na Madeira a acordos com a extrema-direita. No entanto, a sua raiz sociológica, os seus valores, a sua práxis é mais próxima de um partido de centro-direita europeu.

Ultimamente tem havido uma campanha muito forte, organizada e bem financiada para tornar o partido muito virado à direita. Este processo iniciou-se com Durão Barroso, mas organizou-se em redor de Passos Coelho e até conta com um grupo de comunicação, o Observador.

(utilizo os termos direita e esquerda por não conseguir arranjar melhor. Acho, porém, os conceitos anacrónicos e sobretudo com um conteúdo que variou muitíssimo desde que começámos a falar deles. Gostaria de saber o que Thomas Paine e Edmund Burke pensariam da forma como se utilizam esses termos para definir clivagens ideológicas).

Se por um acaso do destino amanhã acordasse como Primeiro-Ministro, que políticas elegeria como prioritárias para o país?

Todas as que visassem melhorar a produtividade. Neste campo, a qualificação, a formação de empresários, gestores e trabalhadores e a

capitalização seria fundamental.

Educação, educação, educação. Reformar radicalmente a Justiça (não há boa democracia sem uma boa Justiça e a nossa não é sequer razoável). Diminuição das desigualdades.

Portugal continua a não conseguir reter os seus quadros mais qualificados. Onde é que estamos a falhar, e de que modo é que poderemos inverter este cenário?

Criar mais riqueza e distribuí-la melhor. É sobretudo aqui que estamos a falhar, mas já estivemos muito pior. Esse tipo de processo leva gerações a inverter. É evidente que achamos que é lento, mas

estamos no bom caminho. As nossas qualificações ainda não estão ao nível dos países com que competimos diretamente e com que gostamos de nos comparar, somos pouco produtivos, há pouco capital disponível. No entanto, as nossas qualificações estão a melhorar e as novas gerações já estão ao nível daqueles países, há um aumento de produtividade e as empresas estão a ter resultados notáveis. Lembro que as exportações passaram a representar 50% do PIB quando há 25 anos representavam cerca 25%. É verdadeiramente notável. E, atenção, o turismo ajudou muito, mas foi sobretudo em setores de elevado valor acrescentado.



BLOCO CENTRAL COM PEDRO SIZA VIEIRA E PEDRO MARQUES LOPES, ONDE ANALISAM OS TEMAS, OS PROTAGONISTAS E AS TENDÊNCIAS DA SEMANA POLÍTICA. MODERAÇÃO DE JUDITH MENEZES E SOUSA, SEXTA-FEIRA, DEPOIS DAS 19H00, EM TSP.PT E EM PODCAST.

AQUI HÁ FUTURO!

Ao nível internacional, quais são as suas personalidades políticas de referências?

Robert Schuman, Jean Monnet, Konrad Adenauer.

De igual modo, o que seria necessário para conseguirmos atrair os melhores para a atividade política?

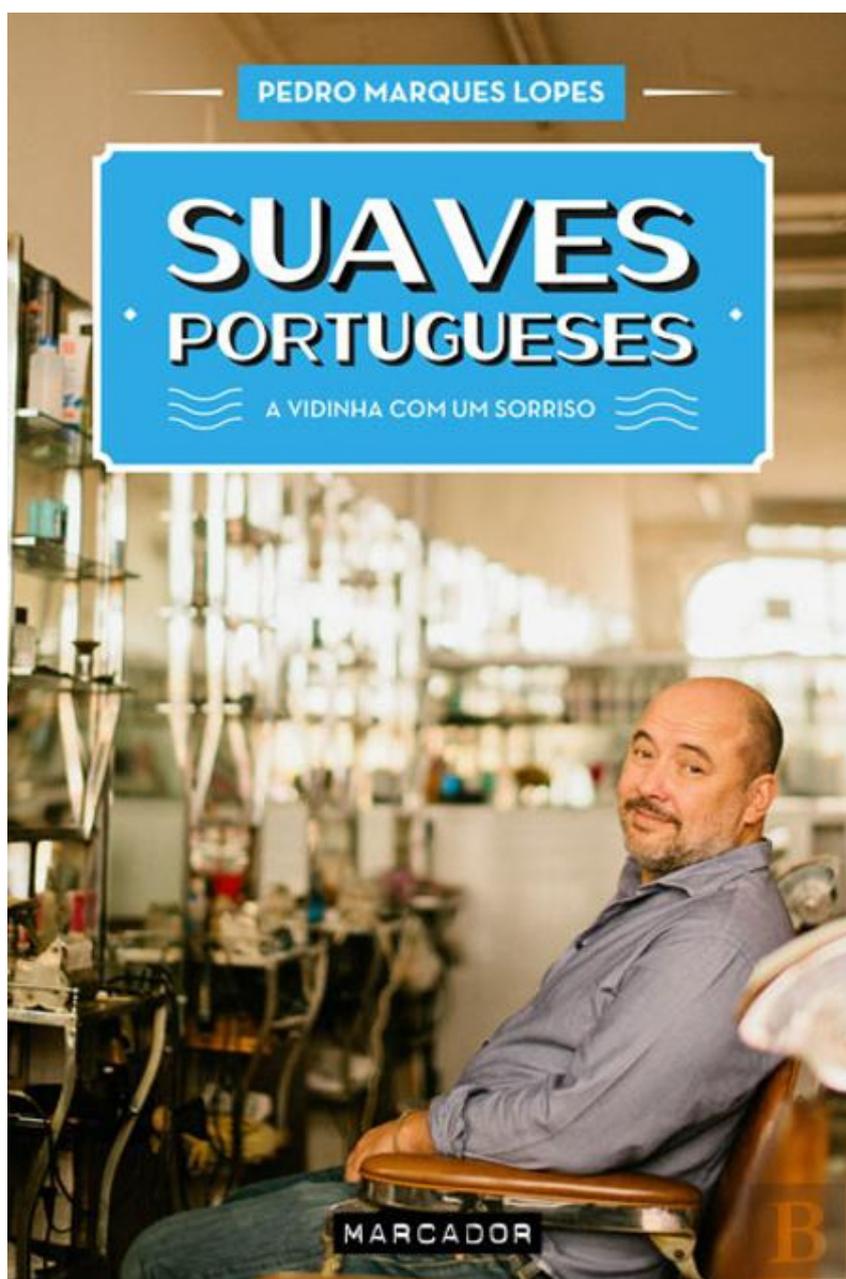
Mudar os partidos de alto a baixo, sobretudo torná-los mais abertos à sociedade civil e fazer com que deixem de ser agências de emprego onde vão parar os que nunca arranjarão emprego noutro lado qualquer.

Acabar com o clima mediático que faz com que ser político é cadastro e não o melhor curriculum que se pode ter. Pagar muitíssimo melhor a ministros, secretários de estado e a presidentes da câmara.

Formar civicamente os nossos filhos para que seja uma honra fazer serviço público e ensinar que não há profissão mais digna e honrosa de que a de político: os homens e mulheres que trabalham para o bem de todos.

Para além do comentário político, o que mais o apaixonava?

O FC Porto, História, literatura, teatro, arte, música, praia, conversa, estar com quem eu gosto. Viver é porreiro.



SUVES PORTUGUESES, DE PEDRO MARQUES LOPES. UMA VISÃO DE PORTUGAL, DA FAMÍLIA, DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO, COM UM TOQUE DE HUMOR SARCÁSTICO. MARCADOR, 2014

Qual é o livro da sua vida?

Gosto demasiado de livros para poder dizer qual é o livro da minha vida. Além disso, um homem tem muitas vidas e muitos livros que encaixam nessas vidas. No entanto, e apesar de saber que me estou a esquecer de muito, muitos, igualmente marcantes, acho que não seria a mesma pessoa se não tivesse lido o Zero e o

Infinito do Arthur Koestler, os Prazeres e as Sombras do Ballester, o Vermelho e o Negro do Stendahl ou o Tratado dos nossos Presentes Descontentamentos do Tony Judt. 

economia

Os desafios das empresas em Portugal



LEANDRO GRAÇA SILVA
ECONOMISTA



Á questão incontornável sobre os objetivos da política económica, a resposta é óbvia, produtividade, crescimento e riqueza. Mas para que tais objetivos ocorram, incontornáveis para qualquer decisor, existe o necessário investimento, a poupança e a existência de políticas que fomentem a sustentabilidade das finanças públicas.

Mas e quanto às empresas, que são o principal motor da economia? Como é que se encaixam nesta equação? De

que maneira poderão ser a alavanca dos objetivos de política económica? Como é que as políticas públicas podem coincidir com os objetivos individuais do tecido empresarial? Que estratégia adotar?

Há vários anos que refiro que existem três temas incontornáveis no tecido empresarial português e que dependem em primeiro lugar dele próprio e da sua capacidade de tomar decisões.

Temos assim os temas da governação, da dimensão e do capital, os quais considero serem três desafios que urge ultrapassar sem receios.

Nós vivemos numa sociedade que receia a dimensão, “inveja” o lucro e tem preconceitos quanto à partilha do poder. No caso da dimensão ou escala se preferirmos, chegamos ao ponto de despromover políticas que fomentem a criação de conglomerados coerentes e em que por força das chamadas economias de

AQUI HÁ FUTURO!

escala, se consiga níveis de eficiência que permitam às empresas concorrer nos competitivos mercados externos.

Já quanto ao lucro, ou se preferirmos, à rentabilidade, quase fazemos a apologia da mediocridade dos resultados e assustamo-nos com mais de sete dígitos à esquerda da vírgula, sem perceber que a rentabilidade é o resultado natural daquilo que foi investido e que se não tiver um determinado comportamento, tal não permitirá atrair novo capital para investir.

No capítulo do governo das sociedades muito existe para trabalhar e reformular, acompanhando o que de melhor se faz nos nossos congéneres europeus. Mas quando alguns dos piores exemplos de governação, ou falta dela, vêm do próprio Estado, com toda a certeza que o resultado existente poderá não ser o melhor.

De qualquer modo, parte sempre das próprias empresas a decisão principal nestes domínios e nunca por decreto. Compete ao Estado desenvolver políticas públicas que possam criar o ambiente adequado a que tais desafios sejam superados. E a questão que sempre se coloca é o de saber como.

Dos instrumentos que ainda estão à mercê do Estado temos pela sua relevância a política fiscal, a capacidade legislativa e o desenvolvimento das infraestruturas básicas, os quais podem ser de enorme relevância para a atração e retenção de capital (seja por retenção de lucros distribuíveis, seja por novas entradas de capital), na discriminação positiva da boa governação e na confiança que podem induzir em face de movimentos de concentração ou aquisição.

Podem ser evidenciados inúmeros exemplos dado ser redutor pensar-se que o que apenas importa é a redução no IRC. Existem muitos outros temas que vão desde impostos específicos como o imposto de selo (com consequências negativas na atratividade do nosso mercado de capitais), às inúmeras “taxas e taxinhas” de índole nacional e local, as tormentas e respetivos custos associados a processos de aumento de capital, o calvário e respetivos custos na admissão de empresas no mercado de



capitais, a morosidade das decisões por parte das inúmeras entidades públicas que intervêm nos processos de licenciamento e autorização nos mais diferentes tipos de atividades.

Na dinamização das infraestruturas básicas, já não basta somente infraestruturar e desenvolver parques ou espaços onde as empresas podem dinamizar e desenvolver as suas atividades. Hoje em dia existem vastas áreas em que o papel do Estado se poderá fazer sentir de

modo positivo e sem grandes custos, de que destaco a criação de infraestruturas tecnológicas onde as empresas podem operar os seus sistemas informáticos de modo bastante mais eficiente por força de uma escala superior, a disponibilização de redes wireless e o acesso à mobilidade, de modo gratuito para todos os que trabalham nas empresas instaladas em espaços industriais ou de serviços, a dinamização das comunidades energéticas que permitam às empresas o acesso

ao fornecimento de energia sustentável em níveis de preços adequados e competitivos.

Por outro lado, o destacar do mercado de capitais não é inocente e podem ser observados inúmeros bons exemplos “fora de portas” de enorme facilitação no acesso aos mesmos por parte das empresas.

Os mercados podem ser importantes incentivadores de movimentos de consolidação entre empresas, de “levantamento” de capital e de boa governação, elementos essenciais para a confiança dos investidores e aumento do investimento (tanto em aumento de capacidade instalada como em inovação).

Um novo "Simplex" aplicado às empresas, é fundamental. Não tanto ao nível da sua criação dado o mesmo estar relativamente tratado, mas ao nível do seu desenvolvimento.

Um *Simplex* que incentive o crescimento, que motive a governação e aumente a confiança do capital.

Um *Simplex* que facilite as infraestruturas e que reduza o “burocrês”. 



sociedade

O homem a quem nenhum sonho é negado



VITOR VASQUES
CEO CO-UP | BUSINESS
ACTIVATION



No passado dia 8 de Maio 2023, pelas 17:30, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Lisboa, reuniu-se uma multidão de pessoas, “a maior assistência a uma cerimónia de atribuição de condecorações, pelo menos nos meus 2 Anos de mandato” - assumiu o Presidente Carlos Moedas - para homenagear José Duarte de Almeida Pinho, personalidade ímpar e incontornável da Cultura, do país e da cidade de Lisboa a quem o executivo aprovou por unanimidade a atribuição de Medalha Municipal de Mérito Cultural, por se dedicar “há mais de duas décadas a estimular e inovar a democratização do acesso à cultura e à formação de

públicos.”
Dois dias depois, a 10 de Maio de 2023, foi distinguido pelo Presidente Marcelo Rebelo de Sousa com o Grau de Comendador da Ordem Militar de Sant’Iago da Espada, como forma de “distinguir o seu mérito literário, científico e artístico”.

Conheci o José Pinho, a quem tenho a grande honra de chamar Amigo, em New Orleans em 2004, no âmbito de um certame internacional para o qual fui convidado e no qual ele também estava, então como Presidente da Wunderman. Desde então não mais lhe perdi o rasto e sou ainda seu sócio, como tantos outros, na sua Ler Devagar. Há pessoas cuja

narrativa nos prende, que não deixam dúvidas quanto ao seu talento e carácter extraordinário, pessoas que emanam uma luz própria que a todos contagia e o José Pinho é uma dessas pessoas.

Aquele brilho nos olhos com que partilha os seus sonhos, o sorriso cativante com que fala e acompanha sempre as suas ideias, a sua aparente ingénua crença de que nada é impossível e a sua desconcertante e incrível capacidade de o fazer mesmo acontecer, acompanhado do gigantismo da sua humildade e confiança desarmante nos outros, neste país de tantos “nãos”, de tantos espíritos “desconfiados”, deixam claro o extraordinário



que é este homem nascido à 69 Anos numa aldeia do concelho de São Pedro do Sul.

“Não é apenas um reconhecimento do meu trabalho, mas das equipas com quem fui trabalhando. Não fiz nada sozinho”, disse José Pinho, mas foi ele o criador, coordenador e ainda responsável de alguns dos Festivais Literários de maior dimensão e abrangência nacional e internacional, como o FOLIO Festival Literário Internacional de Óbidos, Latitudes: Viagens e Viajantes e pelo Lisboa 5L.

Como editor e livreiro editou a revista literária de análise e crítica social Devagar (1989/1995), foi um dos

fundadores da livraria Ler Devagar no Bairro Alto e que nos últimos 20 anos se foi instalando, recuperando e dando nova vida a diversos espaços e formatos na cidade de Lisboa, como a LX Factory, a Livraria Ferin, e onde os Portugueses, como disse o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Carlos Moedas, "encontraram mais do que livros, encontraram verdadeiros espaços de cultura e liberdade...levando mais longe a nossa literatura e os nossos escritores, a criatividade e o génio da Língua falada por 300 milhões de pessoas".

Presentemente está dedicado à criação do novo Centro Cultural e Social do Bairro Alto, uma sua ideia que congregará livrarias, galerias, estúdios de cinema e de gravação, salas de concertos e de artes performativas, num espaço cuja identidade lhe está tão próxima e que será uma nova referência da animação cultural e criativa da cidade de Lisboa.

Mas que aspeto particular me leva a trazer para aqui este homem da cultura e arte desta nossa pátria que é a língua portuguesa, para além de naturalmente partilhar e celebrar o seu valor e

qualidade? Apenas algumas das palavras que frente aquela multidão honrada, agradecida e embevecida de amigos no Salão Nobre da Câmara Municipal de Lisboa proferiu – não sendo um homem de esquerda ou direita, não sendo do partido A ou B, curiosamente foi sempre junto de edilidades e entidades representadas pelo Partido Social Democrata que encontrou a resposta inicial aos seus desafios, aos seus sonhos e muito do apoio necessário para os concretizar.

Estas palavras públicas e sinceras, vindas de quem abnegadamente dedica a sua vida à causa da língua e cultura Portuguesa, divulgando-a, enaltecendo-a e democratizando-a, é prova concludente de que é do PSD que Portugal e os Portugueses, mais que nunca, necessitam para concretizar todo o potencial que merecemos, exatamente da mesma forma imparcial, isenta e justa como o fez a com este menino de uma aldeia de S. Pedro do Sul, a quem apenas pelo seu crer e querer nenhum sonho foi negado! 



Infelizmente a 30 de Maio 2023, o José Pinho partiu para o descanso eterno, vítima de doença prolongada, deixando-nos com o seu legado imortal e muita saudade.

livros

O Triunfo dos Porcos



VÍCTOR CARMONA
MILITANTE DE BASE DO
PSD DE OEIRAS E
GESTOR DE PESSOAS

"Todos os animais são iguais, mas alguns são mais iguais que os outros".

Esta frase icónica resume, em grande medida, a obra do famoso escritor inglês, George Orwell, o autor de outro livro mundialmente famoso, 1984.

Com o título original "Animal's Farm", foi escrito em 1945, numa sátira crítica à Revolução Comunista de 1917, na Rússia de Estaline.

Contudo, o seu teor, passados quase 80 anos, ainda se encontra muito atual.

A fábula conta a história de uma revolução. Os animais de uma quinta levam uma vida difícil, trabalham arduamente, em troca de escassas quantidades de ração. A ameaça de morte está sempre presente, seja por velhice, por esgotamento ou pelo lucro do proprietário da quinta.

Um belo dia os animais revoltam-se e expulsam o homem da quinta, movidos pelos valores da liberdade, da igualdade e da justiça. Mas rapidamente, os porcos tomam conta da quinta, menosprezando e explorando os outros animais, esquecendo completamente os ideais iniciais da revolta.

Os outros animais, menos inteligentes e de menores recursos, acabam por aceitar o novo poder, confiantes na mudança. Um dos porcos acaba por sucumbir às tentações do poder e torna-se o grande líder: é "Napoleão", um porco sem escrúpulos.

Durante algum tempo os animais conseguem viver felizes, sentindo-se livres e satisfeitos, uma vez que já não tinham de dividir os frutos do seu trabalho com os humanos. Mas os problemas começam a surgir. Como a maioria dos animais não aprendeu a ler, as regras da quinta vão sendo



alteradas, à medida que Napoleão e seus assessores vão assumindo posições contrárias aos princípios que nortearam a revolução: os porcos começam a esquecer a igualdade de direitos e a justiça. Um dia, numa parede surge o slogan "todos os animais são iguais, mas alguns são mais iguais que outros."

Nas últimas linhas do livro os porcos são descritos com traços humanos, feições da cara ou mesmo quando caminham sobre duas patas. Os porcos tinham mudado e conseguiam mesmo assemelhar-se aos humanos. No fim, a magnífica fábula termina com uma sentença terrível: "já não era possível distinguir quem era homem e quem era porco".

É uma obra que sugiro que todos leiam, principalmente os mais jovens. 

pelos
caminhos de...

Quinta da Maruja, Linda-a-Velha



NOVAS CONSTRUÇÕES DA CMO QUE ALEGADAMENTE NÃO CUMPREM LEGISLAÇÃO NACIONAL E MUNICIPAL

CRÉDITOS: FERNANDO TENREIRO

A Quinta da Maruja foi reduzida ao nível do seu chão, da sua vegetação, da água de uma fonte do seu solo e da destruição de casas pequenas que serviriam para serviços comunitários necessário no seu bairro. Foi posta uma providência cautelar no Tribunal

Administrativo de Sintra. O Juiz mandou parar a obra e a CMO usou a legislação e violou a decisão do Juiz reiniciando o prédio. A defesa dos munícipes foi contornada seguindo-se a destruição irrecuperável da Quinta da Maruja. Devido ao silêncio, a Justiça enreda-se nos argumentos da

prevaricação de quem primeiro não corrige os erros dos seus atos e avança no facto consumado. Materialmente a Providência Cautelar é um logro para os munícipes que esperavam que a Justiça lhes fosse feita. Este é mais um exemplo do descrédito da atuação da CMO em benefício dos Oeirenses.

cartoon

O Conde e o Marquês



idades com
futuro

O poder local e a cidadania participativa



PEDRO FONSECA
ARQUITETO/URBANISTA



Durante o mês de maio foi constituído mais um movimento de cidadania participativa no concelho de Oeiras. Trata-se da Associação de Moradores de Miraflores - AMM (www.miraflores.pt) da qual faço parte da direção.

Esta associação tem como objetivo estabelecer uma ponte entre as entidades e instituições locais e os residentes da nossa localidade.

Claro que para existir uma ponte, têm que se estabelecer linhas de contacto com os governantes locais e é isso

que vamos procurar fazer. A minha participação na Assembleia Municipal de Oeiras, no passado dia 18 de abril, foi também uma nova forma de participar civicamente junto dos governantes que lideram a nossa autarquia.

Os temas da nossa cidade devem ser debatidos de forma aberta, longe de gabinetes fechados, junto dos deputados municipais, presidentes de junta e acima de tudo, próximo da população interessada e que acompanha os problemas reais do território.

Os moradores de Miraflores têm sentido este afastamento entre o poder local e os problemas de quem aqui habita. Não existem, por exemplo, escolas modernas ou cresces públicas suficientes, nem tão pouco um centro de saúde que funcione. E a juntar aos problemas de mobilidade, acresce agora um outro ainda pior: a Câmara Municipal de Oeiras licenciou milhares de novos fogos, em terrenos de elevada densidade populacional e mais errado ainda... em leito de cheia, nas margens da Ribeira de Algés.

REUNIÃO DE MORADORES DE NO
JARDIM DE MIRAFLORES, ALGÉS

CRÉDITOS: AQUI HÁ FUTURO!

E onde é que está o diálogo entre o poder local e a população local? Teremos que ser nós, os moradores a ir ao encontro com os governantes em sessões formais da Assembleia Municipal e de Freguesia? Ou devem os autarcas percorrer o território, em estreita proximidade com os seus municípios e ouvir, sentir e perceber aquilo que mais precisamos?

A solução para combater este distanciamento pode passar pela criação de assembleias descentralizadas, debatendo com a comunidade os planos para o futuro, os problemas e as soluções preconizadas para o seu território.

As imagens deste texto representam isso mesmo: uma assembleia municipal fechada em si mesmo em contraste com uma reunião aberta a moradores num jardim da localidade de Miraflores.

Enquanto os políticos estiverem fechados nos seus gabinetes e não saírem para a rua, a participação cívica vai ser cada vez menor.

É urgente contrariar o abstencionismo democrático que se vive hoje em dia. A população tem que ter a capacidade de intervenção, de escolher aquilo que quer para o seu território e cabe aos políticos locais criarem condições para esse interesse e aproximação.

O mau exemplo do que se está a passar no megaempreendimento do Parque dos Cisnes, em Miraflores, onde a Câmara Municipal de Oeiras não informou nenhum morador sobre os planos que pretendia

desenvolver para um lote de terreno com 5ha, está a resultar no oposto: os municípios estão a unir-se em torno de uma causa, empenhados em saber mais sobre os temas da política local, quem licenciou, se o projeto cumpre a legislação nacional e municipal ou quem são os responsáveis por estes atentados urbanísticos. E é nestes grupos - redes sociais e rodas humanas realizadas em jardins públicos - que a comunidade enriquece a sua participação cívica e se interessa pelos temas que nos preocupam.

Não podemos esquecer que apenas 38.776 municípios votaram no atual executivo da Câmara Municipal de Oeiras, e que quem teve a maior expressão nas últimas eleições foram os 76.242 habitantes que não foram votar (dos 147.343 inscritos), o que representa 51% do eleitorado Oeirense. 

